



PROGRAMAS – BIBLIOGRAFIAS DO EDITAL 11/2016

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

LÍNGUA PORTUGUESA

PROGRAMA

1. Compreensão de textos

1.1. Identificação do tema e das ideias (principal e secundárias) de um texto verbal e/ou não-verbal;

1.2. Significação contextual das palavras;

1.3. Reconhecimento de mecanismos de construção e compreensão da textualidade: coesão; coerência; sequencialização; pressupostos; subentendidos;

1.4. Estabelecimento de relações entre textos.

2. Estrutura da língua

2.1. Reconhecimento de mecanismos linguísticos que possibilitem a construção de diferentes efeitos de sentido nos textos por meio de alguns aspectos formais contextualizados:

(a) Pontuação;

(b) Classes de palavras;

(c) Funções sintáticas;

(d) Flexão nominal e verbal;

(e) Sintaxe de concordância, de regência e de colocação;

(f) Coordenação e subordinação;

(g) Relações sintáticas e semânticas no texto.

BIBLIOGRAFIA

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 38 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, José Luiz & SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto: leitura e redação**. 5 ed. São Paulo: Ática, 2006.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2010.

KOCH, Ingedore Villaça & ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

RACIOCÍNIO LÓGICO

PROGRAMA

Problemas envolvendo raciocínio lógico: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos, álgebra das proposições; tabelas verdade de proposições compostas; tautologias, contradições e contingência.

BIBLIOGRAFIA

Voices, 2005, 14 edição. FILHO, Edgard de Alencar. Iniciação à Lógica Matemática. São Paulo,

Campus, 2013, CABRAL, Luiz Cláudio e NUNES, Mauro César. Raciocínio Lógico Passo a Passo.

Nobel, 2002. ROCHA, Enrique. Raciocínio Lógico para Concursos: você consegue aprender. Rio de Janeiro, Elsevier, 2006.

INFORMÁTICA

PROGRAMA

1. Computadores
 - a. Hardware básico
 - b. Dispositivos de armazenamento
 - c. Dispositivos de entrada e saída
2. Utilização de sistema operacional Windows
 - a. Área de trabalho no Windows
 - b. Instalação e desinstalação de programas pelo modo gráfico
 - c. Manipulação de pastas e arquivos no Windows
 - d. Painel de Controle do Windows
 - e. Configurações de Rede
3. Linux e Software Livre
 - a. Software Livre
 - b. Área de trabalho no Linux
 - c. Instalação e desinstalação de programas pelo modo gráfico
 - d. Manipulação de pastas e arquivos no Linux
 - e. Painel de Controle do Linux
 - e. Configurações de Rede
4. Internet
 - a. Conceitos e arquitetura
 - b. E-mail
 - c. Uso e configuração de navegadores web
5. Processamento de texto
 - a. Operações básicas de gestão de documentos de texto
 - b. Edição eletrônica e revisão de texto
 - c. Ferramentas de apoio à edição eletrônica de texto
 - d. Formatação de texto
 - e. Inserção de figuras no texto
 - f. Utilização de tabelas em documentos de texto
6. Planilha de cálculo
 - a. Noções básicas sobre planilhas de cálculo
 - b. Utilização e edição de planilhas de cálculo
 - c. Utilização de fórmulas e funções
 - d. Formatação de planilhas de cálculo
 - e. Criação de gráficos a partir de dados
7. Apresentações multimídia
 - a. Operações básicas em programas de edição de apresentações
 - b. Edição e formatação das apresentações
8. Segurança

- a. Segurança na Internet
- b. Golpes na Internet
- c. Ataques na Internet
- d. Códigos Maliciosos
- e. Spam
- f. Mecanismos de Segurança
- g. Contas e Senhas
- h. Segurança de Computadores

Usar como referência os seguintes softwares:

Sistemas Operacionais Windows 7, Windows 8 e Ubuntu 14.04 LTS

Processador de texto, planilha de cálculo e apresentações multimídia: LibreOffice 4.2 ou mais recente.

Navegador de Internet: Mozilla Firefox, versão 48 ou mais recente, e Google Chrome, versão 52 ou mais recente.

BIBLIOGRAFIA

VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: Conceitos Básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2004

Centro de Estudos, Respostas e Tratamento de incidentes de segurança no Brasil. Cartilha de Segurança para Internet. São Paulo: Comitê gestor da Internet no Brasil, 2012. Disponível em: <http://cartilha.cert.br/livro/>

Ajuda do Windows 7. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/products/windows?os=windows-7>

Ajuda do Windows 8. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/products/windows?os=windows-8.1>

The Document Foundation: Documentação do Libre Office. Disponível em: <https://wiki.documentfoundation.org/Documentation/pt-br/Tradu%C3%A7%C3%A3o>

Guia do Ubuntu Desktop. Disponível em: <https://help.ubuntu.com/14.04/ubuntu-help/index.html>

GNU Software Livre. Disponível em: <http://www.gnu.org/philosophy/free-sw.pt-br.html>

[Firefox: Aprenda o Básico. Disponível em: http://support.mozilla.org/pt-BR/products/firefox/get-started](http://support.mozilla.org/pt-BR/products/firefox/get-started)

[Ajuda do Google Chrome: Disponível em: https://support.google.com/chrome/?hl=pt-br#topic=3227046](https://support.google.com/chrome/?hl=pt-br#topic=3227046)

DIREITO E LEGISLAÇÃO

PROGRAMA

1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL

- 1.1. Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Título II, Capítulos I II e III e IV artigos. 5º a 16).
- 1.2. Da Administração Pública (Título III, CapítuloVII, artigos. 37 a 41).
- 1.3. Da Organização dos Poderes (Capítulos I, II, III e IV, artigos 44 a 131).
- 1.4. Da Ordem Social (Título VIII, Capítulo III, Seções I e II, artigos. 205 a 216-A).

2. DIREITO ADMINISTRATIVO E EDUCACIONAL

- 2.1. Organização da Administração Federal: Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 e suas alterações.
- 2.2. Regime Jurídico Administrativo: princípios e poderes da Administração Pública.
- 2.3. Ato Administrativo: elementos, atributos, classificação e espécies. Extinção dos atos: anulação e revogação. Vícios dos atos administrativos. Controle administrativo e judicial dos atos administrativos.
- 2.4. Agentes Públicos. Responsabilidade Civil da Administração Pública e dos Agentes Públicos. Classificação dos Agentes Públicos. Servidores Públicos. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações).
- 2.5. Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993 e suas alterações).
- 2.6. Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e suas alterações).
- 2.7. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 e suas alterações).
- 2.8. Improbidade Administrativa: Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1996 e suas alterações.

- 2.9. Crimes contra a Administração Pública: Título XI, arts. 312 a 360 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro com as respectivas alterações).
- 2.10. Lei de acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011).
- 2.11. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996).
- 2.12. Lei do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Lei 10.861, de 14 de abril de 2004)
- 2.13. Lei *anti-bullying* : combate à Intimidação Sistemática (*bullying*) no sistema de ensino (Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015)
- 2.14. Estrutura Normativa da Universidade Federal do Rio Grande – FURG:
- 2.14.1. Estatuto (arts. 1º a 74)
- 2.14.2. Regimento Geral da Universidade, aprovado pela Resolução nº 015 de 26/06/2009 do Conselho Universitário (arts. 1º a 125)

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 (e alterações posteriores).Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em: 12 set. 2016.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. (e alterações posteriores). Código Penal. Título XI, arts. 312 a 360. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm >. Acesso em: 12 set. 2016.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 (e alterações posteriores). Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200compilado.htm >. Acesso em: 12 set. 2016.
- BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (e alterações posteriores). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112compilado.htm >. Acesso em: 12 set. 2016.
- BRASIL. Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993 (e alterações posteriores). Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666compilado.htm >. Acesso em: 12 set. 2016.
- BRASIL. Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1996 (e alterações posteriores). Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm >. Acesso em: 12 set. 2016.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (e alterações posteriores).Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.
- BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (e alterações posteriores). Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm >. Acesso em: 12 set. 2016.
- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (e alterações posteriores). Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm >. Acesso em: 12 set. 2016.
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (e alterações posteriores). Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.
- BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm >. Acesso em: 12 set. 2016.
- BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 (e alterações posteriores). Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm >. Acesso em: 12 set. 2016.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PORTARIA 301, de 16 de abril de 2008. Aprova o Estatuto da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. Disponível em: <<http://www.conselho.furg.br/converte.php?arquivo=estatuto/estatuto.html> >. Acesso em: 12 set. 2016.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. Resolução 015, de 26 de junho de 2009 do CONSUN. Institui o Regimento Geral da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Disponível em: <<http://www.conselho.furg.br/converte.phparquivo=estatuto/regimgeral.html>>. Acesso em: 12 set. 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 11ª ed. São Paulo: RT, 2015

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 16ªed. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 29ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012.